

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Estamos aqui hoje reunidos, homens públicos ora representando as mais elevadas e honradas instituições e entidades e segmentos da sociedade organizada, para audiência pública em defesa da Justiça do Trabalho.

A vida nos impele a sermos cidadãos do mundo, romper barreiras e lutar pela superação dos desafios.

Desde que ingressei na Justiça do Trabalho, há quase 24 anos, jamais presenciei ataque tão insidioso e cruel contra a Justiça do Trabalho.

É certo que já fomos ameaçados de extinção, mas não só subsistimos, como crescemos, tendo inclusive saído daquele memorável embate com nossa competência constitucional ampliada por força da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Como já disse em ato público anterior, pior do que a ameaça de extinção é a sensação de morte por asfixia em razão da falta de recursos financeiros.

Com efeito, desde que assumi a presidência deste Tribunal Regional do Trabalho, tenho convivido com as mais adversas e variadas situações, mas confesso que lidar com a dispensa de enorme contingente de colaboradores e prestadores de serviço, em um cenário econômico de crise por si só tão severa, realmente é o que me mais tem me sensibilizado, não só na condição de administrador público, mas principalmente como ser humano que sou, como pai de família, trabalhador e cidadão.

Além disso, na medida em que os recursos financeiros mínguam dia após dia em decorrência de sucessivos e irresponsáveis contingenciamentos orçamentários, a Administração desta Corte vem

implementando ações de contenção de despesas, e fazendo-o de forma cada vez mais drástica e radical.

A providência mais impactante entre as inúmeras a que fomos compelidos por força dos cortes orçamentários – a redução do horário de trabalho – findou por inviabilizar a manutenção das nossas pautas de audiência nos mesmos parâmetros e observando os prazos processuais anteriores, as quais tiveram de ser estendidas, protelando dessa forma a entrega da prestação jurisdicional a quantos esperam que seus litígios sejam enfim dirimidos por esta Justiça Laboral.

Segundo o escritor e filósofo argelino Albert Camus, a nossa grandeza, como homens, consiste na decisão de sermos mais fortes que nossa condição humana. Cada um de nós tem a dimensão dos obstáculos que precisam ser vencidos, para nos lançarmos ao mais alto ideal de servir. E, nesse exato momento, sabemos muito bem quais são as necessidades e desafios postos à frente da Justiça do Trabalho goiana.

Consoante o Profeta Isaías, “o fruto da justiça é a paz, e a obra da justiça proporcionará tranquilidade e segurança eternas” (capítulo 32, versículo 17). Tal sentença bíblica constitui o lema da bandeira do Tribunal Superior do Trabalho, que contém a inscrição “Opus justitiae et pax”. Essa inscrição – vale dizer – constituiu também o lema do pontificado do Papa Pio XII.

Literalmente, significa que a “obra da justiça é a paz”.

No mundo terreno, entretanto, a consecução dessa paz exige meios e recursos materiais – não apenas espirituais, não apenas boa vontade e perseverança. Nosso desafio, no presente momento, é a busca incessante desses meios e recursos, sem os quais, lamentável dizê-lo, não lograremos êxito nesta cruzada em face das dificuldades interpostas e quedarão vencidos nossos sonhos e ideais de uma Justiça célere e eficiente.

Não é, todavia, o que profetizamos. Cremos em um Deus amoroso e misericordioso, Todo-poderoso, capaz de suplantar todo e qualquer

obstáculo. Não há deserto ou tempestade para cuja travessia Ele não nos capacite.

Nosso empenho pessoal, obstinado e abnegado, entretanto, afiguram-se imprescindíveis. O Onipotente age, mas espera que façamos o que nos incumbe, a fim de que possamos vencer as dificuldades de nossos dias e assim atender às justas aspirações e anseios dos nossos jurisdicionados, sejam eles empregados ou empregadores.

Para cumprirmos as metas a nós impostas, precisamos de estrutura, já por demais precarizada ao longo dos últimos anos e ainda mais profundamente em 2016. Não podemos permitir que esse estado de coisas persista. Os recursos que nos foram direcionados até o presente momento são absoluta e iniludivelmente insuficientes.

Dependemos – impõe-se registrar – da sensibilidade de nossos parlamentares, em todas as esferas, a fim de que um trabalho de legítima e eficaz articulação político-institucional possa sensibilizar os responsáveis pelo direcionamento de verbas federais e não permitam que se escasseiem ainda mais os nossos já parcos recursos, não só no corrente exercício, mas também, e sobretudo, na gestação das próximas leis orçamentárias, porque delas depende o nosso futuro e o das gerações que nos sucederão.

É certo que, em tempos de crise, o Direito do Trabalho costuma sofrer ataques, como se os direitos do trabalhador fossem a causa do caos instalado. Do mesmo modo, a Justiça do Trabalho, responsável pela concretização da prefalada paz social, costuma sofrer agressões, porque sua atuação, via de regra, incomoda o Poder Econômico em seu afã de encontrar responsável pela crise vivenciada.

A justiça do Trabalho, todos sabemos, não merece a pecha de culpa por essa lastimável crise. Lancemos, antes, nosso olhar para a corrupção sistêmica que assola nosso país, da qual – vergonhoso admiti-lo – destacam-se como partícipes diversos contratantes com o Poder Público, quer em nome próprio, quer das empresas por cuja honradez deveriam velar.

Bilhões de reais, de dólares, uma dinheirama incontável, enfim, foram-se ralo abaixo, à sorrelfa, evadindo-se dos cofres públicos à luz do dia ou na calada das noites indormidas de verdadeiros saqueadores da dignidade.

Cumpre-me enfatizar: não atribuam tal imerecida culpa à nossa Justiça Social, mas sim ao arraigado e sistêmico mau hábito de pagamento de propinas e desvio de verbas públicas. Estamos aqui para socorrer nossa Justiça especializada.

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta, esfria, sossega e depois desinquieta. O que a vida quer de nós é coragem. Esse o desafio proposto por Guimarães Rosa. Temos que remexer e temperar essa situação. O mais bonito do mundo é que as pessoas e situações não são nem estão sempre iguais; elas ainda não foram acabadas. Muitas vezes uma situação se inicia, mas pode perder sua continuação. Essa mudança depende de nós e a vida é nosso mutirão. E Deus sempre nos concede o poder da reinvenção.

Então, à guisa de encerramento, fica aqui, perante todos os presentes, nosso grito de socorro, a fim de que possamos continuar a ser pioneiros no bem servir e assim assegurar a continuidade da entrega de uma prestação jurisdicional no nível de excelência que a nossa sociedade merece. Merece, quer e exige – legitimamente.

Jamais deixaremos nossa nau soçobrar.

Muito obrigado a todos pelo respeitoso silêncio.

Essas são as minhas palavras, como representante do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás.

Goiânia, 15 de agosto de 2016.

Desembargador ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região